

Economia

— OPERAÇÃO DESMONTE —

Sarney reúne hoje seus ministros para definir os cortes no orçamento.

Leia nesta página. Na seguinte, como fica o imposto de renda em 89.

Na página 11, previsões sobre o nosso futuro.

Cortes: um dia decisivo.

Na primeira reunião ministerial da Nova República, no dia 17 de março de 1985, o então vice-presidente José Sarney leu um pronunciamento redigido por Tancredo Neves no qual, em tom enfático, o presidente determinava como diretriz para os seis primeiros meses de seu governo: "É proibido gastar".

Esta manhã José Sarney presidirá outra reunião ministerial — a nona — da Nova República e com a mesma exigência: cumprir à risca o orçamento da União para 1989. A reunião tem início marcado para as 10 horas no Palácio do Planalto e, segundo informações colhidas ontem, em sua fala de 15 minutos aos ministros o presidente vai deixar muito clara a todos sua disposição de não tolerar nenhuma desobediência no cumprimento rigoroso do orçamento, que deve ser encaminhado à apreciação do Congresso Nacional com uma previsão de cortes da ordem de Cz\$ 1 trilhão nas despesas programadas pelos ministérios.

O presidente Sarney, segundo informantes do Palácio do Planalto, pretende enfatizar que o objetivo básico de seu governo é a retomada do crescimento econômico, única forma capaz de garantir a abertura de novos empregos e, com isto, a paz social e a estabilidade política. Em sua fala, Sarney destacará ainda a importância, neste momento de inflação explosiva, de o governo concentrar seus esforços no controle do déficit público com a contenção de despesas e o compromisso de cada setor de não superar as previsões orçamentárias. E lembrará que quem estiver disposto a esse sacrifício não poderá continuar integrando a equipe governamental, disseram as fontes.

O exemplo de março

Os ministros Mailson da Nobrega, da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento, aguardam com expectativa os resultados da reunião. Afinal, eles são os autores da chamada Operação Desmonte, com a qual a União eliminará várias "gorduras" para enfrentar a perda de 17% de seus recursos para os Estados e municípios no próximo ano, conforme determina o projeto da nova Constituição.

Tanto Mailson quanto Abreu guardam ainda vivas as lembranças da última reunião ministerial convocada pelo presidente Sarney, em março passado. Na ocasião, os dois ministros defenderam a proposta de congelamento do pagamento da URP (Unidade de Referência de Preços) para o funcionalismo público, mas Sarney resolveu debater o assunto numa longa reunião ministerial e ambos foram bombardeados pelos demais colegas de ministérios, sem que o presidente manifestasse sua opinião.

Logo após um despacho com o presidente, ontem à tarde, o ministro Batista de Abreu preferiu um tom cauteloso para falar da reunião de hoje. Ele disse que fa-

rá uma exposição sobre os principais pontos da Operação Desmonte e apresentará as várias alternativas de cortes de despesas para ajustar o orçamento de 89 à nova realidade imposta pela Constituição. A orientação, no Ministério do Planejamento, era para que ninguém falasse sobre o documento a ser apresentado hoje na reunião.

Outras resistências

Mas não é apenas entre ministros que a Operação Desmonte vem encontrando resistências. Preocupados, os governadores estaduais também já começaram a disparar suas baterias. Henrique Santillo, de Goiás, por exemplo, reagiu ontem contra a proposta apresentada há dois dias, pelo presidente Sarney aos líderes partidários, de incluir na Operação Desmonte a transferência de funcionários da União para os Estados:

— Isso é inconstitucional porque fere a autonomia dos Estados. O presidente não ia dizer isso, é claro que não — disse o governador goiano.

Já o governador Pedro Ivo, de Santa Catarina (que ontem foi recebido em Brasília por Batista de Abreu, assim como Jerônimo Santana, de Rondônia, e Henrique Santillo), considera que a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Rural (Embrater), prevista na Operação Desmonte, poderá significar o fim das pequenas propriedades rurais de seu Estado. Santa Catarina gasta atualmente 92% de sua receita com o pagamento de pessoal e Pedro Ivo teme que no final de cinco anos, toda a transferência de receita da União para os Estados não represente 10% de aumento real de receita.

— Os governadores deveriam se articular para discutir a Operação Desmonte — propôs Pedro Ivo.

Para o governador de Rondônia, Jerônimo Santana, a questão principal é saber com exatidão se a Operação Desmonte, ao transferir várias atribuições da União aos Estados, corresponderá aos ganhos que estes tiveram com as mudanças aprovadas na Constituição.

Sarney garante: não vai tolerar que os ministros desobedeçam suas diretrizes.

